



University of
Texas Libraries



e-revist@s



Centro Universitário Santo Agostinho

revistafsa

www4.unifsanet.com.br/revista

Rev. FSA, Teresina, v. 23, n. 4, art. 5, p. 103-116, abr. 2026

ISSN Impresso: 1806-6356 ISSN Eletrônico: 2317-2983

<http://dx.doi.org/10.12819/2026.23.4.5>

DOAJ DIRECTORY OF
OPEN ACCESS
JOURNALS

WZB
Wissenschaftszentrum Berlin
für Sozialforschung



Aplicação da Justiça Restaurativa no CEJUSC de Palmas, Tocantins

Application of Restorative Justice at the CEJUSC of Palmas, Tocantins

Aloisio Bolwerk

Doutor em Direito Privado (PUC MG)

Professor Associado da Universidade Federal do Tocantins (UFT) e UFT/ESMAT

E-mail: bolwerk@uft.edu.br

Milena Pinto Milhomens

Bacharelado em Direito pela Faculdade Católica do Tocantins

Pós-graduada em Novas Tendências do Direito Processual Civil pela Universidade Federal do Tocantins

E-mail: milenapintomilhomens@gmail.com

Endereço: Aloisio Bolwerk

Faculdade Católica do Tocantins, Avenida Teotônio
Segurado, Quadra 1402 Sul, Conjunto 01, Lote 06,
Palmas - TO, CEP: 77001-900.

Endereço: Milena Pinto Milhomens

Faculdade Católica do Tocantins, Avenida Teotônio
Segurado, Quadra 1402 Sul, Conjunto 01, Lote 06,
Palmas - TO, CEP: 77001-900.

**Editor-Chefe: Dr. Tonny Kerley de Alencar
Rodrigues**

**Artigo recebido em 26/03/2026. Última versão
recebida em 08/04/2026. Aprovado em 09/04/2026.**

**Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review
pelo Editor-Chefe; e b) Double Blind Review
(avaliação cega por dois avaliadores da área).**

Revisão: Gramatical, Normativa e de Formatação



RESUMO

O artigo discorre sobre a implementação da Política Nacional de Justiça Restaurativa no Brasil, com ênfase nas normativas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Tribunal de Justiça do Tocantins (TJTO). Por meio de metodologia qualitativa e método dialético, aborda a relação entre os princípios do Direito das Famílias e a prática do círculo de diálogo e mediação, destacando a importância da afetividade, da igualdade e da dignidade humana. Explora as especificidades e benefícios da aplicação da justiça restaurativa no Direito das Famílias, em especial no Cejusc de Palmas, Tocantins, a partir da adoção de enfoques e abordagens humanizadas que visam a reconstrução dos laços familiares. Por fim, realça a relevância do papel do Centro de Solução, destacando também a necessidade de melhorias e ajustes nesse sistema alternativo de resolução de conflitos na seara familiar.

Palavras-chave: Direito das Famílias. Justiça Restaurativa. Círculo de Diálogo e Mediação. Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc).

ABSTRACT

The article discusses the implementation of the National Restorative Justice Policy in Brazil, with an emphasis on the regulations of the National Justice Council (CNJ) and the Court of Justice of Tocantins (TJTO). Using a qualitative methodology and a dialectical approach, it examines the relationship between the principles of Family Law and the practice of dialogue and mediation circles, highlighting the importance of affection, equality, and human dignity. It explores the specificities and benefits of applying restorative justice in Family Law, particularly within the Cejusc of Palmas, Tocantins, through humanized approaches aimed at rebuilding family bonds. Finally, it underscores the crucial role of the Conflict Resolution Center while also highlighting the need for improvements and adjustments in this alternative system for resolving family disputes.

Keywords: Family Law. Restorative Justice. Dialogue and Mediation Circle. Judicial Center for Conflict Resolution and Citizenship (Cejusc).

1 INTRODUÇÃO

A justiça restaurativa (JR) tem emergido como um paradigma inovador e complementar ao sistema judiciário tradicional, oferecendo uma abordagem eficaz para lidar com conflitos e violência que fragilizam as relações humanas. Em contraposição ao modelo retributivo, a JR valoriza a autonomia e o diálogo das partes, proporcionando um espaço seguro para a expressão de sentimentos e a busca por soluções consensuais.

Este artigo tem como objetivo geral analisar a importância dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejuscs), em especial o Centro de Palmas, Tocantins, como espaços privilegiados para a aplicação da Justiça Restaurativa no contexto dos conflitos familiares.

A metodologia empregada é de natureza qualitativa, utilizando-se da revisão bibliográfica e da análise documental de resoluções do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Tribunal de Justiça do Tocantins (TJTO). O método dialético foi utilizado para apresentar e discutir a abordagem adotada pelo círculo de diálogo e mediação, enquanto prática restaurativa que visa promover o diálogo e a construção de soluções consensuais.

Assim, faz-se necessários apontar considerações sobre a Justiça Restaurativa que emerge no cenário jurídico contemporâneo como um paradigma inovador e complementar ao sistema judiciário tradicional, apresentando-se como uma alternativa eficaz para lidar com situações de conflitos e violência que fragilizam as relações humanas, sendo valorizado por ser um modelo de justiça em contraposição ao método retributivo, que se concentra na punição. A Justiça Restaurativa, por sua vez, valoriza a autonomia e o diálogo das partes, oportunizando aos envolvidos um espaço seguro para expressão de sentimentos e busca por soluções consensuais.

As práticas restaurativas têm suas raízes na Nova Zelândia (João, Arruda, 2014, p. 201), inspirada nos costumes dos aborígenes maoris, que tradicionalmente utilizavam métodos de resolução dos litígios de sua comunidade, baseados no diálogo e reconciliação. Essa abordagem inovadora ganhou força nos anos 1970, consolidando-se ao longo de mais de três décadas de desenvolvimento e aprimoramento.

A implementação da Política Nacional de Justiça Restaurativa no Brasil tem sido impulsionada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que estabeleceu diretrizes e políticas para a expansão dessa prática no âmbito do Poder Judiciário, conforme delineada na Resolução CNJ nº 225/2016 que tem por objetivo a consolidação da identidade e da qualidade

da Justiça Restaurativa definidas na normativa, a fim de que não seja desvirtuada ou banalizada.

A crescente percepção dos resultados positivos e do potencial transformador dos programas e projetos de Justiça Restaurativa, juntamente com o anseio por sua implementação consolidada em todo o território nacional, impulsionou o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a aprimorar o marco regulatório da matéria. Em resposta a essa demanda, foi editada a Resolução CNJ nº 300/2019, que introduziu modificações na Resolução CNJ nº 225/2016, estabelecendo prazos para que os Tribunais de Justiça e Tribunais Regionais Federais efetivassem a implementação, difusão e expansão da Justiça Restaurativa.

Em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, por meio do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC), promulgou a Resolução nº 17, de 24 de junho de 2020. Essa normativa, ao dispor sobre a Política de Justiça Restaurativa no âmbito do Poder Judiciário Tocantinense, instituiu o Órgão Central de Macrogestão e Coordenação, com o objetivo de centralizar e otimizar a implementação das práticas restaurativas no Estado.

Ademais, a edição dessa resolução afigura-se enquanto compromisso do Poder Judiciário Tocantinense em promover uma justiça mais humana e eficaz, capaz de atender às necessidades da sociedade contemporânea. Assim é que, a partir da normatização das diretrizes da Justiça Restaurativa em âmbito judiciário tocantinense, se implementou essa política resolutiva de conflitos nos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania de todas as Comarcas do Estado, com destaque para o polo de Palmas, onde se observa grande potencial de efetividade, transparência e organização na aplicação das práticas restaurativas.

Assim, o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, o Cejusc da capital, tem se consolidado como um espaço de significativa relevância para a prática da Justiça Restaurativa, configurando-se como um ambiente propício ao diálogo e à busca por soluções consensuais. Essa característica intrínseca alinha-se de forma singular aos princípios da Justiça Restaurativa, que preconiza a participação ativa das partes na resolução de seus conflitos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Procedimentos Metodológicos: O Cejusc de Palmas como Espaço para Aplicação da Justiça Restaurativa nas Relações Familiares

A cultura do CEJUSC de Palmas, pautada pela promoção eficaz da mediação e conciliação, facilita a implementação de práticas restaurativas, com destaque para a metodologia dos círculos de diálogo. Essa abordagem, inerentemente ligada aos conceitos da cultura de paz, princípio norteador do CEJUSC, tem se mostrado eficaz na resolução de conflitos familiares em razão da proposta de acesso à justiça de forma humanizada e acolhedora, em contraposição ao modelo tradicional, frequentemente percebido como distante e moroso, como também desempenha um papel fundamental na redução da judicialização, oferecendo alternativas para resolução de conflitos antes que se tornem processos judiciais.

A Justiça Restaurativa, por sua vez, em consonância com os preceitos daquela unidade judiciária, promove a reparação dos danos e a reconstrução dos relacionamentos, complementando essa abordagem humanizada, transcendendo a mera aplicação da lei e contribuindo de forma objetiva ao proporcionar um espaço seguro para a aplicação de suas metodologias, promovendo acordos e evitando desgastes emocionais e financeiros para as partes. Essa abordagem fomenta a cultura da paz, a empatia e a responsabilização, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e pacífica, em que os conflitos são resolvidos de forma construtiva (JOÃO; ARRUDA, 2014, p. 204).

O Cejusc de Palmas, portanto, configura-se como um espaço adequado para a prática da Justiça Restaurativa, promovendo a inovação e a transformação na resolução de conflitos. A sua atuação tem sido fundamental para o desenvolvimento e aprimoramento das práticas restaurativas, consolidando-se como um modelo a ser seguido em outras comarcas do país.

O apoio e suporte do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec) e do Centro de Justiça Restaurativa (Cejure) do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO) ao Cejusc da Comarca têm se revelado elementos cruciais para o desenvolvimento e consolidação das práticas restaurativas na comarca, configurando-se como um pilar fundamental para a implementação dessa política pública no Estado. Em especial, a promulgação da Resolução nº 17/2020 do TJTO, que dispõe sobre as práticas da Justiça Restaurativa, evidencia o comprometimento do Poder Judiciário em promover uma cultura de paz e diálogo, buscando soluções consensuais e humanizadas para os conflitos.

A atuação do Órgão Central de Macrogestão, em conjunto com a Coordenação de Justiça Restaurativa integrada ao Nupemec, tem sido determinante para o sucesso dessa iniciativa, assegurando a uniformidade e a qualidade das práticas restaurativas em todo o estado, com especial ênfase no CEJUSC de Palmas.

O Nupemec e o Cejure desempenham um papel ativo no suporte técnico e metodológico ao Cejusc palmense, auxiliando na implementação de projetos e programas de Justiça Restaurativa. Essa colaboração abrange a disponibilização de materiais informativos, a orientação sobre as melhores práticas restaurativas e o acompanhamento dos resultados. Além disso, promovem a capacitação e formação de magistrados, servidores e outros profissionais, garantindo a excelência e a padronização das práticas restaurativas em todo o Estado.

Em Palmas, a disseminação da Justiça Restaurativa ocorre por meio de diversas iniciativas, como palestras, seminários, workshops e capacitações direcionadas a profissionais de diversas áreas e à comunidade em geral. A expansão das metodologias restaurativas para além do ambiente judiciário é impulsionada por parcerias com instituições de ensino e órgãos públicos. Nesse contexto, destaca-se a colaboração com o Centro Integrado 18 de Maio, que oferece atendimento especializado a famílias fragilizadas por conflitos e vítimas de violência, encaminhando-as ao CEJUSC de Palmas para a aplicação das práticas restaurativas.

É de se notar que a aplicação da justiça restaurativa tem demonstrado que a pacificação de conflitos transcende a mera resolução imediata de disputas, configurando-se como um vetor de transformação social. Ao fomentar o diálogo, o respeito mútuo e a reconstrução de vínculos interpessoais, a JR contribui para a edificação de uma sociedade mais justa, inclusiva e pacífica.

A prática da justiça restaurativa também revela que a resolução de conflitos não se limita à aplicação de sanções ou à imposição de soluções judiciais. Ao invés, busca criar um espaço seguro e acolhedor, onde as partes envolvidas no conflito possam expressar suas emoções, compartilhar suas perspectivas e trabalhar em conjunto para encontrar soluções consensuais.

Nesse sentido, a transformação social promovida pela JR no Cejusc da capital do Tocantins se manifesta em diversos níveis, a exemplo do fortalecimento dos laços sociais e familiares, que visam à reconstrução de vínculos interpessoais rompidos pelo conflito familiar, promovendo a reconciliação e a restauração da confiança e do relacionamento familiar. Em outro ponto, a Justiça Restaurativa fomenta o diálogo e o respeito mútuo, contribuindo para a construção de uma cultura de paz e não violência. Ademais, empodera as partes envolvidas no conflito, permitindo que elas participem ativamente da busca por

soluções que atendam às suas necessidades, além de ensejar a redução da reincidência de comportamentos delitivos, agressivos e violento, bem como a humanização da aplicação da justiça em si, uma vez que se aproxima das necessidades e expectativas da sociedade (Rosenberg, 2021, p. 34).

2.2 Justiça Restaurativa e Direito das Famílias

O Direito de Família, intrinsecamente ligado à vida cotidiana, regula as relações familiares, núcleo fundamental para o desenvolvimento e organização social. Ao longo do século, as famílias, assim como outros institutos jurídicos, passaram por transformações significativas, impulsionadas por mudanças legislativas e evoluções sociais.

A proteção estatal à família se expandiu, assim como a própria definição do conceito de família, que deixou de se basear exclusivamente no casamento, seja civil ou religioso, para abranger também a união estável e a família monoparental, ambas reconhecidas pela Constituição vigente.

A proteção patrimonial, embora ainda relevante, passou por alterações consideráveis ao longo da história, devendo estar alinhada à proteção da dignidade da pessoa humana no contexto familiar. Atualmente, a família se fundamenta na afetividade, na comunhão de interesses e na solidariedade, transcendendo os interesses patrimoniais, políticos ou religiosos. Sua função social se expande para parâmetros mais humanos, de realização pessoal e união natural (TARTUCE, 2021, p. 54).

Diante disso, embora a tutela patrimonial seja importante nas relações familiares, o direito deve evoluir em direção a conceitos e práticas mais humanas, considerando a função social da família e a diversidade de suas formas de origem. Nesse contexto, a justiça restaurativa surge como um paradigma promissor, alinhando-se aos princípios da afetividade e da humanização do Direito das Famílias.

Nesse passo, os fundamentos da Justiça Restaurativa, que visam à reparação, responsabilização e participação, oferecem um caminho para a resolução de conflitos familiares que prioriza o diálogo, a reconstrução de relacionamentos e a busca por soluções consensuais.

A JR busca restaurar os danos causados pelo conflito, incentivar os ofensores a reconhecerem o impacto de suas ações e promover o envolvimento ativo de todas as partes interessadas na busca por soluções. Assim, a sua aplicação no âmbito do Direito das Famílias

representa oportunidade de fortalecer os laços familiares, promover a cultura de paz e construir uma sociedade mais justa e humana (MATTOS VERGA, 2018, p. 47).

A Justiça Restaurativa se fundamenta em três pilares principais: reparação, responsabilização e participação. A reparação busca restaurar os danos causados pelo conflito, tanto materiais quanto emocionais. A responsabilização incentiva os ofensores a reconhecerem o impacto de suas ações e a assumirem a responsabilidade por elas. A participação promove o envolvimento ativo de todas as partes interessadas na busca por soluções consensuais (MATTOS VERGA, 2018, p. 45).

Ao se basear nesses três pilares, a metodologia empregada oferece modelo de resolução de conflitos que prioriza a humanização das relações familiares, a reparação dos danos e a construção de soluções consensuais. Para o Direito das Famílias, portanto, assume significativo avanço na busca por uma justiça mais humana e eficaz.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 Princípios do Direito das Famílias e o Emprego do Método do Círculo de Diálogo e Mediação

O Direito de Família, consolidado como um complexo normativo que regula o casamento, a união estável, as relações entre pais e filhos, o parentesco e demais institutos correlatos, encontra seu fundamento no Código Civil, especificamente nos artigos 1.511 a 1.783-A. Conforme elucidado por Diniz (2024, p. 4), este ramo do direito abarca tanto as relações pessoais entre cônjuges, conviventes e parentes, quanto as relações patrimoniais e assistenciais que delas decorrem.

Apesar das significativas transformações sociais, políticas, econômicas, culturais e legislativas, o Direito de Família tradicional, com seu cunho patrimonialista, revela-se fragilizado diante das demandas contemporâneas. Contudo, Diniz pontua que

[...] é crucial ressaltar que o Direito de Família, em suas diversas vertentes (matrimonial, convivencial, parental ou tutelar), não se resume ao conteúdo econômico, este presente apenas indiretamente nos regimes de bens, obrigações alimentares, usufruto e administração de bens (2024, p. 9).

Nesse contexto, emerge a necessidade de um olhar mais humanizado e atento por parte de legisladores, juristas e da sociedade em geral, visando à compreensão e resolução das reais necessidades afetivas e emocionais, em detrimento da mera tutela patrimonial. A família,

como alicerce fundamental para o desenvolvimento social, exige uma abordagem que priorize o bem-estar e a satisfação plena de seus membros, sobretudo porque o Direito das Famílias, em sua contínua adaptação às dinâmicas sociais, é alicerçado em um conjunto de princípios que refletem as transformações contemporâneas e a crescente valorização da dignidade humana e dos laços afetivos.

Esses princípios, ao moldarem a interpretação e aplicação das normas familiares, buscam assegurar a proteção e o bem-estar de todos os membros da família, em suas diversas formas e manifestações, a exemplo do princípio da *ratio* do matrimônio e da união estável, que traz reflexão sobre a finalidade intrínseca do matrimônio e da união estável, que transcende a mera formalização da relação. Reconhece-se, assim, que tais instituições visam à constituição de um núcleo familiar fundado no afeto, na assistência mútua e na comunhão de vida, elementos essenciais para o desenvolvimento pessoal e social de seus membros (TARTUCE, 2024, p. 81).

Também o princípio da igualdade jurídica dos cônjuges e dos companheiros, que consagra a igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres nas relações conjugais e de união estável, superando o modelo patriarcal que outrora privilegiava o homem (TARTUCE, 2024, p. 83). Este princípio assegura que ambos os parceiros compartilhem responsabilidades e oportunidades, contribuindo para relações mais justas e equilibradas. E na mesma esteira, segue no princípio da igualdade jurídica de todos os filhos, que garante que todos, independentemente de sua origem (matrimonial ou extramatrimonial), desfrutem dos mesmos direitos e deveres, abolindo a discriminação entre filhos legítimos e ilegítimos (TARTUCE, 2024, p. 87). Este princípio promove a equidade e a proteção integral da criança e do adolescente, assegurando-lhes um desenvolvimento pleno e saudável.

Importante destacar o princípio do pluralismo familiar, que reconhece a diversidade de arranjos familiares, abrangendo diferentes formas de uniões e casamentos das famílias monoparentais e homoafetivas. Esse princípio reflete a adaptação do Direito de Família às novas realidades sociais, reconhecendo e protegendo a pluralidade de estruturas familiares (TARTUCE, 2024, p. 90).

Tem-se também o princípio da consagração do poder familiar, juntamente com o princípio do superior interesse da criança e do adolescente, previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que estabelecem o dever de cuidado e determinam que todas as decisões devem priorizar os interesses e o bem-estar dos menores (TARTUCE, 2024, p. 91).

Sem perder de vista e abrindo parêntese para destacar, tem-se o princípio da dignidade da pessoa humana, cujo corolário está consagrado no art. 1º, inciso III, da Constituição da

República Federativa do Brasil. Por este princípio, é garantido que todos os membros da família, independentemente de sua posição ou condição, tenham seus direitos e sua dignidade respeitados. A dignidade é a base para todos os outros princípios norteadores do Direito das Famílias, assegurando que as relações sejam pautadas pelo respeito e pela valorização da pessoa humana (MATTOS VERGA, 2018, p. 51).

Por fim, tem-se a afetividade enquanto princípio que reconhece a importância dos laços afetivos nas relações familiares, valorizando o amor, o carinho e o cuidado mútuo como elementos essenciais para a construção e manutenção de uma família saudável. A partir dele destaca-se a relevância dos vínculos emocionais nas relações familiares, promovendo o respeito e a valorização dos sentimentos (MATTOS VERGA, 2018, p. 53).

Tais princípios, em conjunto, regem o Direito das Famílias, buscando garantir a proteção e o bem-estar de todos os membros em suas diversas formas e manifestações. Assim é que, diante dessa perspectiva, o método do círculo de diálogo e mediação surge como uma ferramenta promissora para a resolução de conflitos familiares. Ao promover o diálogo aberto e a escuta ativa, permite que as partes envolvidas expressem suas emoções, compartilhem suas perspectivas e construam soluções consensuais. Essa abordagem, alinhada aos princípios da afetividade e da humanização do Direito das Famílias, oferece um caminho para a resolução de conflitos que prioriza a reconstrução de relacionamentos e a busca por soluções que atendam às necessidades de todos os envolvidos.

O método consiste em prática restaurativa que visa promover o diálogo e a construção de soluções consensuais para conflitos familiares. Nesse método, as partes envolvidas no conflito se reúnem com o auxílio de um facilitador, em um ambiente seguro e acolhedor, para expressar seus sentimentos, compartilhar suas perspectivas e trabalhar em conjunto para encontrar soluções que atendam às necessidades de todos, momento em que o facilitador vai promover a mediação das partes para juntos conseguirem solucionar o conflito de forma construtiva (PRADO, 2021, p.56).

Aplicado pelo mediador/facilitador, o método alinha-se aos princípios e conceitos do Direito das Famílias, pois promove a dignidade da pessoa humana, ao garantir que todos os participantes do círculo sejam ouvidos e respeitados; valoriza a afetividade, ao criar um espaço para a expressão de sentimentos e a reconstrução de relacionamentos; assegura a igualdade, ao garantir que todos os participantes tenham a mesma oportunidade de falar e participar da busca por soluções; promove a solidariedade familiar, ao incentivar o apoio mútuo e a busca por soluções que atendam às necessidades de todos; e prioriza o melhor

interesse da criança e do adolescente, ao garantir que suas vozes sejam ouvidas e suas necessidades sejam consideradas (PRADO, 2021, p. 59-60).

Desse modo, a aplicação do método do círculo de diálogo e mediação no âmbito do Direito das Famílias representa uma oportunidade de fortalecer os laços familiares, promover a cultura de paz e construir uma sociedade mais justa e humana, em especial porque visa atingir peculiaridades relacionadas à aplicação exitosa da justiça restaurativa.

Nesse sentido, a aplicação do método no âmbito do Centro Judiciário de Solução de Conflitos apresenta benefícios por meio de abordagens que tornam mais promissora a resolução de conflitos familiares, uma vez que foca em relações interpessoais complexas e duradouras, pelas quais os laços afetivos desempenham papel fundamental. Nesse passo, o emprego do círculo de diálogo a partir da justiça restaurativa oportuniza a reconstrução de relacionamentos, oferece ambiente terapêutico e saudável de discussão para que as partes envolvidas possam expressar suas emoções, compartilhar suas perspectivas e trabalhar em conjunto para encontrar soluções que atendam às suas necessidades (PRADO, 2021, p. 61).

Noutro ponto, a partir da valorização da autonomia familiar, reconhece-se a autonomia das famílias para tomar decisões sobre seus próprios conflitos, tendo em vista que o próprio diálogo mediado enseja a construção de resoluções consensuais, sem a necessidade de se estabelecer soluções impositivas ou extremas. A busca constante pela humanização do conflito também motiva atendimento de acordo com as necessidades das vítimas, oferecendo espaço para que elas possam expressar seus sentimentos, buscar reparação pelos danos sofridos e se sentir seguras e acolhidas (PRADO, 2021, p. 61).

Ademais, o método do círculo de diálogo e mediação desencadeia a responsabilização dos ofensores a partir do reconhecimento da responsabilidade por suas ações. Por meio da sensibilização, que visa à conscientização, os envolvidos fazem juízo de autoavaliação e reflexão sobre a repercussão de seus atos.

Também é preciso anotar que a adoção do método acarreta prevenção à violência doméstica e familiar, em especial quanto à mudança de comportamentos danosos e prejudiciais aos seus membros. E quanto à judicialização, é de se notar redução de demandas em razão do emprego de alternativas que podem resolver amistosamente os conflitos familiares, evitando mais desgaste emocional e financeiro das partes.

Por fim, é importante frisar o objetivo central da justiça restaurativa por meio do método do círculo, que busca a promoção da cultura de paz a partir do diálogo e o respeito mútuo, contribuindo para a construção de uma cultura de paz e não violência. A sua aplicação

no Direito das Famílias representa oportunidade de transformar a forma como esses conflitos podem ser resolvidos, promovendo o bem-estar e preservando a dignidade dos envolvidos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aplicação da Justiça Restaurativa nos Cejusc de Palmas/TO representa um avanço significativo na busca por uma justiça mais humanizada e eficaz, especialmente no contexto dos conflitos familiares. No entanto, a sua implementação enfrenta desafios e obstáculos que precisam ser superados para garantir a efetividade dessa metodologia.

Apesar de sua regulamentação no judiciário tocantinense, a adesão por parte dos magistrados ainda se mostra incipiente, uma vez que o procedimento metodológico de adoção ainda carece de maior amplitude, divulgação e aperfeiçoamento por parte dos operadores.

Todavia, é de se notar que, em que pese as adversidades, a internalização dos efeitos benéficos dos círculos de construção da paz, tanto na reconstrução dos relacionamentos familiares quanto na desjudicialização de processos, é fundamental para ampliar a adesão da metodologia. A superação dessa lacuna demanda esforço conjunto para divulgar e demonstrar, na prática, os impactos positivos da justiça restaurativa no judiciário tocantinense e na reestruturação pacífica dos relacionamentos.

Os facilitadores desempenham papel crucial nesse processo, atuando como mediadores do diálogo entre as partes. A atuação é fundamental para garantir a segurança e o acolhimento dos envolvidos bem como para promover a construção de soluções consensuais.

Como alternativa, a Justiça Restaurativa tem se consolidado como um sistema multiportas humanizado, que contribui para uma prestação jurisdicional mais célere e com menor desgaste, especialmente nos conflitos familiares que chegam ao Cejusc.

Assim é que, nesse particular, a sua aplicação nessas relações, que por sua natureza são mais próximas e íntimas, tem se mostrado eficaz, promovendo a reparação dos danos e a reconstrução de relacionamentos. A justiça restaurativa oferece espaço seguro e acolhedor para que as partes possam expressar suas emoções, compartilhar suas perspectivas e trabalhar em conjunto para encontrar soluções consensuais.

A implementação do círculo de diálogo e da mediação pode trazer inúmeros benefícios para o Judiciário tocantinense, como a redução do número de processos e a promoção de soluções mais humanizadas e duradouras. Além disso, contribui para a construção de uma cultura de paz, em que os conflitos são dirimidos de forma dialética e harmoniosa, fortalecendo os laços familiares.

Diante das respostas positivas, o Cejusc de Palmas/TO prima pelo fortalecimento das práticas da Justiça Restaurativa por meio da disseminação contínua de metodologias que visam fomentar a cultura de paz no Judiciário tocantinense.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15.02.2025.

BRASIL. **Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 03.03.2025.

BRASIL. **Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm. Acesso em 26.02.2025.

BRASI. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução n. 225, de 31 de maio de 2016**. Diário da Justiça [do] Conselho Nacional de Justiça, Brasília, DF. Disponível em < <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/atos-normativos?documento=2289> > Acesso em 08.03.2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução n. 300, de 29 de novembro de 2019**. Diário da Justiça [do] Conselho Nacional de Justiça, Brasília, DF. Disponível em < <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/atos-normativos?documento=2289> > Acesso em 08.03.2025.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro**. 3ª Edição. São Paulo: Saraiva Jur, 2024.

JOÃO, Camila Ungar; ARRUDA, Eloisa de Sousa. A justiça restaurativa e sua implantação no Brasil. **Revista da Defensoria Pública da União**, Brasília, n.7, p. 187-210, jan/dez 2014. Disponível em: <https://revistadadpu.dpu.def.br> > article > download. Acesso em 18.02.2025.

MATTOS VERGA, Leidi Daiana. Justiça restaurativa nos conflitos de família. **Revista Curso de Direito Unifor-MG**, Formiga, v. 9, n. 2, p. 41-60, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://revistas.unifor-mg.edu.br/cursodireitounifor-mg/article/view/750/1042>. Acesso em: 20.02.2025.

PRADO, Flávio Faibischew. Mediação familiar: uma perspectiva para a s famílias que atravessam a fase de separação conjugal. **Revista Nova Perspectiva Sistêmica**, São Paulo, v. 30, n. 71, p. 56-71, dezembro 2021. Disponível em: <https://www.revistanps.com.br> > article > download. Acesso em 25.02.2025.

ROSENBERG, Marshall. **A linguagem da paz em um mundo de conflitos**. 4ª Edição. São Paulo: Palas Athena, 2009.

ROSENBERG, Marshall. **Comunicação não violenta**: Técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais. 5ª Edição. São Paulo: Ágora, 2021.

SILVA, Fernanda Carvalho Dias de Oliveira e. **A Experiência e o Saber da Experiência da Justiça Restaurativa no Brasil**: Práticas, Discurso e Desafios. 2021. Orientador: Samuel Rodrigues Barbosa. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://openaccess.blucher.com.br/article-list/9786555501582-522/list/#undefined>. Acesso em 07.02.25.

TARTUCE, Flávio. **Direito Civil**: Direito de Família. 19ª Edição. São Paulo: Forense, 2024.

TOCANTINS. Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins. **Resolução n. 17, de 24 de junho de 2020**. Diário da Justiça, Palmas, TO. Disponível em: <https://wwa.tjto.jus.br/elegis/Home/Imprimir/2186>. Acesso em 08.02.2025.

Como Referenciar este Artigo, conforme ABNT:

BOLWERK, A; MILHOMENS, M. P. Aplicação da Justiça Restaurativa no CEJUSC de Palmas, Tocantins. **Rev. FSA**, Teresina, v. 23, n. 4, art. 5, p. 103-116, abr. 2026.

Contribuição dos Autores	A. Bolwerk	M. P. Milhomens
1) concepção e planejamento.	X	X
2) análise e interpretação dos dados.	X	X
3) elaboração do rascunho ou na revisão crítica do conteúdo.	X	X
4) participação na aprovação da versão final do manuscrito.	X	X